



## ***Prefeitura Municipal de Birigui***

Estado de São Paulo  
CNPJ 46.151.718/0001-80

### **RESPOSTA À PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

Sirvo-me da presente para disponibilizar resposta ao questionamento efetuado por determinada empresa com referência ao questionamento efetuado em relação ao Edital do Pregão Presencial nº 112/2.013, que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde – RSS que estejam sob a responsabilidade da Prefeitura – Secretaria de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado, se houver interesse da administração:

***“6.1.4.2 Prova de Patrimônio Líquido mínimo de valor não inferior a R\$ 17.133,40 (dezessete mil, cento e trinta e três reais e quarenta centavos), correspondente à 10% do valor estimado, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, por meio das demonstrações contábeis referidas nesta cláusula, admitida a atualização, conforme art. 31, §3º da Lei Federal nº 8.666/93.”***

**Pergunta:** Em nosso entendimento, a Prova de Patrimônio Líquido mínimo de valor não inferior a R\$ 17.133,40 (dezessete mil, cento e trinta e três reais e quarenta centavos), correspondente à 10% do valor estimado, é do Capital Social da empresa e não do patrimônio líquido?

**Resposta:** Segundo a Secretaria requisitante, “os R\$ 17.133,40 (dezessete mil, cento e trinta e três reais e quarenta centavos) correspondente a 10% ao valor estimado, é referente a 10% do valor estimado do contrato de prestação dos serviços”.

**Pergunta:** Qual a compensação financeira e penalização que a Prefeitura fornecerá aos licitantes por eventuais atrasos de pagamento?

**Resposta:** Respalda em manifestação da Secretaria de Negócios Jurídicos, “Por eventuais atrasos de pagamento por parte da Prefeitura, a contratada tem direito de pleitear compensação financeira, consistente em correção monetária pelo índice IPCA-IBGE. Penalização, no entanto, não há (BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, p. 726 e 727).”



## ***Prefeitura Municipal de Birigui***

Estado de São Paulo  
CNPJ 46.151.718/0001-80

***“15.2 – A licitante vencedora será responsável pela instalação dos contêineres em seus respectivos locais (fixação nas paredes, colocação dos tubos condutores que fazem parte para o funcionamento dos mesmos).”***

**Pergunta 1:** Qual a quantidade de contêineres que a vencedora deverá disponibilizar?

**Resposta 1:** Segundo a Secretaria requisitante, “a quantidade será de acordo com a quantidade de locais de coleta.”

**Pergunta 2:** Os contêineres ficarão de propriedade da Prefeitura após o término de contrato?

**Resposta2:** Segundo a Secretaria requisitante, “no final do contrato os contêineres retornam à empresa.”

**Pergunta 3:** Qual o volume, dimensão, cor e modelo que os contêineres deverão possuir?

**Resposta 3:** Segundo a Secretaria requisitante, “estes itens serão averiguados pela empresa participante na visita técnica em cada ponto de coleta.”

<i>Item</i>	<i>Qtde.</i>	<i>Unid.</i>	<i>Especificação</i>
1	20000	KG	<b><i>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - RSS, conforme resolução CONAMA(Conselho Nacional de Meio Ambiente), nº 358, de 29 de abril de 2005, e RDC 306 da ANVISA(Agencia Nacional de Vigilância Sanitária) de 07 de Dezembro de 2004.</i></b>

**Pergunta:** Em nosso entendimento a quantidade de 20.000 kg de resíduos é o estimado para 12 meses?

**Resposta:** Sim, a quantidade de 20.000 kg de resíduos é o estimado para 12 (doze) meses.



## ***Prefeitura Municipal de Birigui***

Estado de São Paulo  
CNPJ 46.151.718/0001-80

*Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:*

*XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

**Pergunta:** As licitantes podem considerar a Data Zero como a data de apresentação da proposta de acordo com a Lei de Licitações?

**Resposta:** A cláusula 18.7.1 do edital disciplinou como data-base o **mês de início da prestação dos serviços**, o que se reputa de acordo com a discricionariedade autorizada pelo art. 55, III da Lei Federal nº 8.666/93.

**Pergunta:** Qual a alíquota de ISSQN para este tipo de serviço?

**Resposta:** Segundo a Secretaria de Finanças, a tabela de alíquotas é de 4% para este tipo de serviço.

**Pergunta:** Nosso entendimento é que haverá retenção na fonte?

**Resposta:** Sim, há a retenção do imposto na fonte.

Permanecem inalteradas as cláusulas do Edital do Pregão Presencial nº 112/2.013, que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde – RSS que estejam sob a responsabilidade da Prefeitura – Secretaria de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado, se houver interesse da administração.

Birigui/SP, 16 de outubro de 2.013.

Andréia Cristina Possetti Melo  
Pregoeira Oficial